

# PODERÁ A UNIVERSIDADE SER POPULAR? A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Fábio André Diniz Merladet\**

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*

<https://orcid.org/0000-0002-5518-3540>

*Edite Maria da Silva de Faria\*\**

*Universidade do Estado da Bahia*

<https://orcid.org/0000-0001-9341-076X>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como se dão as relações entre a educação popular e a universidade, tendo como referência o estudo de caso alargado da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS). Baseando-se nas epistemologias do Sul e na ecologia de saberes, é realizado um breve resgate histórico da educação popular, abordando o elitismo, colonialismo e a crescente mercantilização das universidades convencionais, bem como a pluralidade de experiências populares que têm sido desenvolvidas no ensino superior para, em seguida, apresentar a UPMS, demonstrando as divergências e convergências entre ela e as demais experiências. No relato da coautora e participante da UPMS, fica latente a importância da ecologia de saberes, da descolonização da universidade, assim como da produção coletiva e partilhada do conhecimento. O trabalho conclui defendendo que a experiência da UPMS pode oferecer contribuições para o desafio de se pensar uma universidade popular, por meio da busca de complementariedade entre a pedagogia do oprimido e a pedagogia da articulação, de modo a reinventar a proposta de Paulo Freire, atualizando-a diante dos desafios do presente.

**Palavras-chave:** Educação popular; Universidade popular; Colonialidad; Democratização da educação.

## ABSTRACT

### CAN THE UNIVERSITY BE POPULAR? THE EXPERIENCE OF THE POPULAR UNIVERSITY OF SOCIAL MOVEMENTS

This article aims to understand how the relationship between popular education and the university, taking as a reference the extended case study of the Popular

\* Doutor em Pós Colonialismos e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra (UC). Pós doutorando na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Integrante do Grupo de Pesquisa "Conversas com Currículos nos Cotidianos das Universidadescolas" (ConCU). Rio de Janeiro, RJ. E-mail: [fabioandredm@hotmail.com](mailto:fabioandredm@hotmail.com).

\*\* Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-doutorado na Universidade do Estado do Pará (UEPA). Líder do Grupo de Pesquisa GEPALÉ Bahia. Salvador, Bahia. E-mail: [edmsilva@uneb.br](mailto:edmsilva@uneb.br).

University of Social Movements (UPMS). Based on the epistemologies of the South, on the ecology of knowledge, a brief historical review of popular education and comments on elitism, colonialism and the growing commodification of conventional universities, as well as the plurality of popular experiences that have been developed in higher education to then present the UPMS demonstrating the divergences and convergences between it and other experiences. In the report of the co-author and UPMS participant, the importance of the ecology of knowledge, the decolonization of the university, as well as the collective and shared production of knowledge is latent. The work concludes by arguing that the UPMS experience can offer contributions to the challenge of thinking about a popular university, through the search for complementarity between the pedagogy of the oppressed and the pedagogy of articulation, reinventing Paulo Freire's proposal and updating it to face the challenges of the present.

**Keywords:** Popular education; Popular University; Coloniality; Democratization of education.

## RESUMEN

### ¿PUEDE LA UNIVERSIDAD SER POPULAR? LA EXPERIENCIA DE LA UNIVERSIDAD POPULAR DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo se dan las relaciones entre educación popular y universidad, tomando como referencia el estudio de caso ampliado de la Universidad Popular de los Movimientos Sociales (UPMS). A partir de las epistemologías del Sur y de la ecología de saberes, se realiza una breve revisión histórica de la educación popular y se aborda el elitismo, el colonialismo y la creciente mercantilización de las universidades convencionales, así como la pluralidad de experiencias populares que han desarrollado en la educación superior para luego presentar la UPMS, demostrando las divergencias y convergencias entre esta y las otras experiencias. En el relato del coautor y participante de la UPMS está latente la importancia de la ecología del conocimiento, la descolonización de la universidad, así como la producción colectiva y compartida de conocimiento. El trabajo concluye argumentando que la experiencia de la UPMS puede ofrecer aportes al desafío de pensar una universidad popular, a través de la búsqueda de complementariedad entre la pedagogía de los oprimidos y la pedagogía de la articulación, reinventando la propuesta de Paulo Freire y actualizándola de cara a los desafíos del presente.

**Palabras clave:** Educación popular; Universidad Popular; Colonialidad; Democratización de la educación.

## Introdução<sup>1</sup>

Segundo Theodor Adorno (1995), o processo educativo é o primeiro âmbito a ser questionado em uma transformação social emancipatória. No entanto, a pergunta expressa no título deste trabalho não tem resposta fácil e inequívoca. Será possível democratizar, deselitizar, descolonizar e desmercantilizar o ensino superior? Quais são as articulações possíveis entre a educação popular e a universidade? Em que condições a universidade pode ser popular? Há experiências exitosas que vão nesse sentido? Quais as contribuições que elas podem oferecer para esse desafio? Essas são as questões que nos levam a escrever este artigo, fruto de um estudo de caso alargado da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) e baseado nas epistemologias do Sul e na ecologia de saberes (Santos, 2007 - 2018).

Proposto por Michel Burawoy (1998), o estudo de caso alargado é um método de investigação que parte da possibilidade de um caso específico ser capaz de explicar questões mais gerais, tendo como critérios de generalização não a quantidade e a uniformidade, mas a qualidade e a exemplaridade. Procuramos, assim, mediante o estudo de caso ampliado, explorar na UPMS os sinais e vestígios de sua potencial contribuição para a prática da ecologia de saberes e a defesa de uma universidade verdadeiramente popular que traga de volta ao horizonte de possibilidades os outros mundos possíveis como desejamos.

No entanto, o caráter de inovação, subversão e experimentalismo da UPMS implica uma dificuldade metodológica: a dificuldade de como avaliar uma experiência que é mais avançada que os métodos disponíveis para analisá-la. Qualquer trabalho baseado nas epistemologias do Sul e na ecologia de saberes, justo porque presta conta a diferentes formas de conhecer o mundo, teria que ser flexível e plural do ponto de vista metodológico, embora seja justamente

isso que a comunidade científica se negue a aceitar. Há, portanto, certa incompatibilidade entre a pluralidade metodológica baseada na ecologia de saberes, a lógica e os valores da produção de conhecimento dentro da universidade convencional, o que nos leva a esta situação paradoxal em que os métodos de investigação empregados são mais conservadores do que os da própria experiência investigada.

Nas condições ideais de produção do conhecimento evocadas pelas epistemologias do Sul, este deveria ser um trabalho coletivo escrito a muitas mãos e baseado em muitas linguagens e muitos saberes. Reconhecendo as restrições institucionais que se colocam à produção do conhecimento e à democratização e à coletivização do processo de investigação, optamos por nos posicionar nas fronteiras, aceitando as regras do jogo e, ao mesmo tempo, nos esforçando por tencioná-las sempre que possível, na convicção de que profanar as normas é uma forma de subversão mais eficaz do que negá-las.

Desse modo, utilizamos instrumentos de investigação como a revisão bibliográfica, a análise documental e a observação participante, mas também optamos por realizar uma pesquisa militante estabelecendo um compromisso crítico, ético e político com a experiência analisada<sup>2</sup>. É uma pesquisa porque não abre mão do rigor, da racionalidade e da objetividade científica, mas é também militante porque se propõe a ser objetiva, sem objetificar a realidade que estuda e porque foi realizada em função de ações e objetivos de transformação social progressista que estão para além dos objetivos acadêmicos que a pesquisa tradicional pressupõe.

A discussão encontra-se dividida em seis

1 Texto revisado e normalizado por Alessandra Paula Teixeira Rios de Almeida.

2 A pesquisa militante é “a atitude do intelectual que, ao tomar consciência de sua pertinência à sociedade e ao mundo do seu tempo, renuncia uma posição de simples espectador e coloca seu pensamento ou sua arte a serviço de uma causa” (Fals Borba, 2009, p. 243), ou seja, nela o pesquisador é também um ativista que, articulando pesquisa e atuação política, utiliza-se da objetividade e do rigor científico para produzir conhecimentos capazes de contribuir para a transformação social e que de fato sirvam para as lutas sociais dos oprimidos.

partes: o primeiro ponto está dedicado a estabelecer um breve resgate histórico da educação popular no século XX que permita contextualizá-la no momento presente, encerrando com a descrição de diferentes vertentes da educação popular que, atualmente, compõe o que estamos a chamar de ecologia de práticas educativas. No segundo momento, é abordado criticamente o caráter conservador, colonial, patriarcal e elitista das universidades convencionais, bem como a atual tendência à sua crescente mercantilização. Na terceira parte, analisa-se a pluralidade de experiências que se concebem como populares no ensino superior, buscando compreender como se dão as relações entre a educação popular e a universidade, classificando as experiências populares de educação superior em quatro categorias: as universidades públicas progressistas, os programas e projetos de extensão contra-hegemônicos, as universidades populares do Norte e as universidades populares do Sul. Nos pontos quatro e cinco, a UPMS é apresentada como uma das experiências de universidades populares do sul e são abordadas, respectivamente, suas relações com a universidade convencional e com as universidades populares, demonstrando, sobretudo, as singularidades da UPMS em relação a elas. Finalmente, na sexta e última parte, para dar materialidade às discussões em torno da UPMS e de outras formas possíveis de se pensar a universidade, é apresentado o relato vivido da coautora como participante de uma das oficinas da experiência, no qual fica latente a importância da ecologia de saberes, da descolonização da universidade, bem como da produção coletiva e partilhada do conhecimento.

## 1. A educação popular no século XX

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”. Estas são as primeiras palavras de Paulo Freire (2011

[1968], p. 05) em seu famoso livro “Pedagogia do Oprimido”, uma das obras fundadoras do que hoje conhecemos como educação popular.

Até a década de 50, a perspectiva era a de popularizar a educação, concebendo-a “como extensão da escola dos setores médios urbanos às crianças dos setores ditos populares” (Souza, 2007, p. 66), ou seja, popularizar significava tão somente ampliar o acesso à educação formal para aqueles que estavam à margem do sistema escolar e fora de qualquer processo educativo. Apesar das lutas pela escola pública, das sucessivas campanhas pela erradicação do analfabetismo e das experiências de universidades populares que forneciam educação de classe para operários nas primeiras décadas do século XX, a educação popular concentrava-se na questão da universalização do acesso à educação e era ainda entendida como uma “modalidade agenciada e profissional de extensão dos serviços da escola a diferentes categorias de sujeitos dos setores populares da sociedade” (Brandão, 2006, p. 17).

Só depois da II Guerra Mundial e a partir dos impactos causados pela vitória de Salvador Allende, no Chile, e pela Revolução Cubana e seus bem-sucedidos esforços na erradicação do analfabetismo é que surgem pela América Latina os movimentos de cultura popular, os centros populares de cultura e os movimentos de educação de base, resultando em uma ruptura com as práticas educativas dominantes.

Esse contexto de grande agitação social pela América Latina permitiu que as décadas de 50 e 60 experimentassem grandes inovações sociais, como a teologia da libertação que, propondo a “opção pelos pobres”, inspirou a formação de milhares de comunidades eclesiais de base;<sup>3</sup> as

3 De acordo com Boff (2004a: 150) a teologia da libertação surge da “indignação ética em face da pobreza e da miséria coletiva das multidões” e a sua opção pelos pobres trata-se de uma opção epistemológica em que “o pobre constitui o lugar a partir do qual se procura pensar o conceito de Deus, de Cristo, da graça, da História, da missão das Igrejas, o sentido da economia, da política e o futuro das sociedades e do ser humano” (IDEM: 151). Profundamente envolvido com os setores progressistas da igreja católica, não por acaso Freire denomina a sua prática educativa como libertadora e a sua pedagogia como a “peda-

propostas de “investigação-ação-participativa” de Fals Borda (1970 e 1972) que, desafiando as formas canônicas de pesquisa, insistiam na necessidade de articular os interesses científicos da universidade com os interesses sociais das comunidades pesquisadas, viabilizando a conversão do conhecimento científico produzido em transformação social para os excluídos; o “Teatro do Oprimido”, criado por Augusto Boal ao longo da década de 70, para ser utilizado como ferramenta de conscientização e mobilização social das comunidades, vilas, favelas e periferias; e a “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, que transformou completamente a concepção de educação popular, imprimindo nela um caráter dialógico, crítico e libertador.

Tendo iniciado seus trabalhos com um método inovador de alfabetização de adultos através de círculos de cultura no interior do Nordeste brasileiro<sup>4</sup>, Paulo Freire tornou-se um dos pensadores mais notáveis da educação por propor sua pedagogia como uma nova forma de se conceber e construir as relações educativas, uma “pedagogia do oprimido” em que a educação deixa de estar vinculada somente à transmissão de conhecimentos e passa a ser um ato político de transformação social e de descolonização do saber. A educação popular passa então a se caracterizar como uma educação crítica, comprometida, participativa e orientada para a emancipação social dos oprimidos, um conjunto de “processos político-pedagógicos que buscam superar as relações de dominação, opressão, discriminação, exploração, iniquidade e exclusão” (Jara, 2010, p. 4) e que se esforçam para “construir relações equitativas e justas, respeitadas da diversidade e da igualdade de direitos entre as pessoas” (Ibid.).

A característica fundamental da educação po-

---

gogia do oprimido”, marcando claramente o sentido de uma educação que faz a sua opção pelos pobres.

4 Os círculos de cultura foram originalmente concebidos por Freire para alfabetizar rapidamente adultos das classes populares, substituindo o espaço da sala de aula por grupos que, sob a coordenação de um educador, se reúnem em círculo para aprenderem a ler e escrever através do debate de assuntos do cotidiano de vida dos educandos.

popular reside, portanto, na fusão entre educação e política através da mobilização e da conscientização dos oprimidos, vinculando a aquisição de saberes com projetos de transformação social. Carrillo (2009) e Gadotti (2012) chegam a afirmar que a educação popular é a contribuição teórica mais importante da América Latina para o pensamento pedagógico contemporâneo. Dessa concepção popular de educação surgiu ao longo do tempo uma verdadeira ecologia de práticas educativas, ou seja, múltiplas e diversificadas experiências contra-hegemônicas de ensino-aprendizagem, atualmente, compostas por pelo menos cinco diferentes vertentes da educação popular, são elas:

- a. Educação popular enquanto democratização do ensino: vertente composta por iniciativas que se preocupam fundamentalmente com a universalização da educação, ampliando o seu acesso às classes populares.
- b. Educação popular enquanto conscientização e formação política: aqui, temos o movimento dos intelectuais, com muita humildade, indo em direção aos oprimidos, ensinando-os, mas também aprendendo com eles. Essa é a forma como Paulo Freire mais a desenvolveu através dos círculos de cultura e como hoje convencionalmente se compreende a educação popular, geralmente voltada para a escolarização de jovens e adultos, para a educação básica e para a formação de consciência política das classes populares.
- c. Educação popular enquanto método de investigação: essa é a vertente da educação popular desenvolvida por Orlando Fals Borda (1972), Michel Thiollent (1985), Carlos Rodrigues Brandão (1983) e muitos outros pensadores progressistas, com o objetivo de vincular organicamente a pesquisa acadêmica com os anseios de transformação social dos oprimidos, tendo na investigação-ação-participativa o seu principal instrumento.
- d. Educação popular enquanto política pública: neste caso, temos as iniciativas desenvolvidas pelo Estado, na tentativa de incorporar a educação popular como política pública institucionalizada e como metodologia de programas de participação social e de interlocução do Estado com a sociedade, como

os orçamentos participativos, os conselhos nacionais e as conferências nacionais.

- e. Educação popular enquanto ensino superior: vertente que se esforça por estabelecer relações entre a educação popular e a universidade, concebendo experiências populares de educação superior.

Paulo Freire e o movimento de educação popular como um todo se concentraram de forma muito mais consistente nos processos de alfabetização e educação básica do que na relação entre a educação popular e a universidade, de modo que apenas nas últimas décadas o campo se abriu para novas e ousadas experimentações de ensino superior popular que, como veremos mais adiante, designamos como “universidades populares do Sul”.

Para analisá-las, abordaremos, primeiro, o caráter conservador, colonial, patriarcal e elitista das universidades convencionais, fazendo, em seguida, um breve resgate histórico das universidades populares até o surgimento das universidades populares do Sul para, finalmente, descrever a Universidade Popular dos Movimentos Sociais comparando-a com as demais experiências.

## 2. Elitismo universitário, colonialismo e mercantilização do ensino superior

A ciência moderna tem sido, desde suas origens, profundamente colonial e a sua articulação com o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado criou as condições para a construção de um império cognitivo global<sup>5</sup>, cuja

5 Santos (2018) descreve a construção de um “império cognitivo” da ciência moderna, que arrogantemente obteve o monopólio do saber legítimo, definindo-o a partir de suas próprias regras e negando racionalidade a todas as formas de saber que não se adequam ao estreito cânone do conhecimento por ela considerado científico. A consequência desse “império cognitivo” na educação é a prevalência de uma monocultura do saber, um totalitarismo epistêmico que cria profundas injustiças cognitivas fundadas na negação da contemporaneidade e em uma distância incomensurável entre o conhecimento científico e as demais formas de produção do conhecimento.

instituição que melhor o expressa é a universidade. A universidade moderna foi, desde suas origens, concebida como tendo por finalidade a formação das elites nacionais e, nos países do Sul, a tendência geral foi de reprodução das universidades do Norte, criando “instituições predominantemente brancas, segregadas e racistas, dedicadas a reproduzir exclusivamente o modelo de conhecimento eurocêntrico moderno” (Carvalho; Florez, 2014, p. 41), sendo, portanto, raros os casos de estabelecimento de vínculos com os setores populares da sociedade.

Esse histórico elitismo da universidade, que se esconde por detrás do discurso da excelência, da neutralidade e da meritocracia, traduziu-se ao longo dos séculos em discriminação de classe, raça e gênero, tanto no seu corpo docente e discente, como em sua forma de funcionamento e nos conteúdos dos currículos, disciplinas e pesquisas que nela têm lugar, gerando uma profunda exclusão epistêmica. Desse modo, embora tenha o costume de se apresentar como vanguarda, a universidade, enquanto instituição carrega um inegável histórico colonial, que de maneiras por vezes insuspeitadas, segue se reproduzindo no presente. Carvalho (2011) nos chama a atenção para o fato de que o auge da expansão das universidades e da consolidação das disciplinas no campo das ciências sociais coincidiu com o auge do colonialismo e, na América Latina, uma característica fundamental da educação superior foi “consolidar instituições acadêmicas que funcionam como réplicas das universidades criadas na Europa do século XIX” (Carvalho; Flórez, 2014, p. 131).

Esse caráter colonial da universidade tem, como veremos, enfrentado resistências, mas nas últimas décadas, passou a se associar com uma forte orientação da universidade para o mercado, tanto pela via da pressão exercida pela expansão das instituições privadas de pesquisa e ensino superior, quanto pela via da mercantilização das universidades públicas. Desde que os organismos internacionais

viram no ensino superior uma nova fronteira de expansão do capitalismo, a universidade tem experimentado uma mercantilização sem precedentes, assemelhando-se cada vez menos a uma instituição pública de produção do saber a serviço da sociedade e cada vez mais a uma empresa prestadora de serviços, regida pelos critérios de eficiência e de lucratividade do capitalismo. Santos (2018) designa esse fenômeno como o avanço do “capitalismo universitário”, argumentando que nas últimas décadas a universidade, além de produzir conhecimento, serviços e profissionais para o mercado, tem, ela própria, se transformado em um mercado do ensino superior.

Diante desse quadro, poderá a universidade ser popular? Eis aqui uma pergunta forte de nosso tempo para a qual não há ainda uma resposta plenamente satisfatória. Em tal contexto, de um ensino superior elitista, colonial e cada vez mais orientado para o mercado, a ideia de uma universidade popular parece soar como um paradoxo. No entanto, é da constatação da indisponibilidade da universidade para os oprimidos que surgem as experiências populares de ensino superior.

### 3. A pluralidade de experiências populares no ensino superior

Há hoje uma ampla gama de experiências de universidades que se concebem como “populares” ao redor do mundo, criadas por uma pluralidade de atores dos mais variados espectros ideológicos e com os mais diversos objetivos, o que nos leva a questionar os diferentes significados que vêm sendo atribuídos à expressão “universidade popular”: uma universidade é popular porque, contrariamente ao elitismo e às exclusões predominantes nas universidades convencionais, se baseia no direito de todos ao ensino superior público, universal e gratuito? É popular porque abre a universidade convencional para a entrada das classes populares? É popular porque leva os conhecimentos científicos aos desfavorecidos?

É popular porque fornece uma educação para o povo com o objetivo de capacitar tecnicamente recursos humanos para o mercado de trabalho? É popular porque dialoga com os saberes que vêm do povo e se esforça para produzir conhecimento junto com eles? Ou é popular porque foi concebida e levada adiante pelo próprio povo, comunidades, organizações ou movimentos para defender, produzir e transmitir seus próprios saberes? É popular porque aspira à inclusão de todos no ensino superior, porque difunde o conhecimento hegemônico para as classes populares, porque está vinculada a concepções emancipatórias de luta e de transformação social, ou porque é concebida e levada adiante pelos oprimidos?

A quantidade, a pluralidade e a fluidez das iniciativas populares no ensino superior são enormes, o que torna difícil estabelecer critérios para classificá-las. No entanto, para facilitar a compreensão neste trabalho, classificamos as experiências populares de educação superior em quatro categorias<sup>6</sup>, são elas:

- a. Universidades públicas progressistas;
- b. Programas e projetos de extensão contra-hegemônicos;
- c. Universidades populares do Norte;
- d. Universidades populares do Sul.

#### 3.1. Universidades públicas progressistas

As universidades públicas progressistas são experiências estatais e institucionalizadas de universidades não convencionais que tentam subverter a concepção canônica de universidade, imprimindo nela um caráter popular na aposta de que a democratização da sociedade passa pela democratização do conhecimento. São “universidades polifônicas” (Santos, 2018), universidades que, além de possuírem um profundo compromisso social com os ex-

<sup>6</sup> Com isso não pretendemos realizar um estudo exaustivo dessas experiências, apenas um recorte que permita compreender o contexto de como se dão as relações entre a educação popular e a universidade. Para outros modelos de classificação das experiências populares de educação superior, ver Benzaquen (2012).

cluídos, assumem tal compromisso de forma pluralista, abrindo espaço para o diálogo com outros saberes através de projetos, de ideias e de experimentações inovadoras.

Ainda no início do século XX, uma enorme rebelião estudantil eclodiu na Universidade Nacional de Córdoba – Argentina. Em tom épico e confrontativo, os estudantes denunciaram a herança colonial da universidade, convocando toda a América para a necessidade de um outro projeto de educação superior. A “Reforma universitária” defendida pelo movimento estudantil de Córdoba, que ousou propor uma universidade democrática, comprometida e engajada com a justiça social, teve impacto em toda a América Latina, influenciando diversas iniciativas de universidades públicas progressistas, a ponto de ser referida como o “modelo de Córdoba” para o ensino superior.<sup>7</sup> Defendendo a autonomia universitária, a eleição democrática de autoridades da universidade, as cátedras livres, o ensino gratuito, a assistência social aos estudantes, a democratização do ingresso no ensino superior, a extensão universitária e o fortalecimento do compromisso e da responsabilidade social da universidade (Rubião, 2013; Tunnermann, 1998; Sader, Gentili, Aboites, 2008), a reforma universitária do movimento de Córdoba não foi tudo o que desejou ser, nem tampouco permitiu que a universidade seguisse da mesma maneira, trazendo para o imaginário das lutas sociais a possibilidade de uma universidade pública progressista<sup>8</sup>.

7 Em seu livro *“História da Universidade: Genealogia para um modelo participativo”*, André Rubião (2013) utiliza o termo “modelo de Córdoba” para o contrapor aos modelos canônicos de universidade: o modelo napoleônico (universidade francesa), o modelo humboldtiano (universidade alemã), o modelo newmaniano (universidade inglesa) e o modelo da *multiversity* (universidade norte-americana).

8 José Mariátegui (2007 [1928]: 100), por exemplo, argumenta que “o movimento estudantil que se iniciou com a luta dos estudantes de Córdoba, pela reforma da Universidade, assinala o nascimento de uma nova geração latino-americana”, e demonstra como a reforma universitária idealizada pelo movimento de Córdoba influenciou as propostas dos estudantes do México e do Chile em 1921, as reivindicações dos estudantes de Cuba em 1923, a plataforma de luta dos estudantes da Colômbia em 1924 e dos estudantes do Perú em 1919 e 1926.

No Brasil, a Universidade Nacional de Brasília (UnB), concebida por Anísio Teixeira e levada adiante por Darcy Ribeiro, nasce na década de 60 com uma grande esperança de colocar em prática a proposta de uma nova universidade, a “universidade necessária” (Ribeiro, 1969), capaz de incorporar os princípios de democracia, inclusão e compromisso social da reforma universitária. Embora a ousadia, a inovação e o espírito emancipador do novo projeto de universidade tenham sido prematuramente desarticulados em 1964, pela Ditadura militar, as ideias de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro, bem como a luta por uma universidade pública progressista, voltaram a ter lugar na “Universidade Nova”, proposta por Naomar de Almeida-Filho (2007) e que teve a sua implementação mais consistente na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), criada em 2013.

Além da UFSB, foram também recentemente criadas no Brasil: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que desde 2009, tem como lema a “educação de qualidade para todos” e se auto intitula “uma instituição de ensino superior pública, popular e de qualidade” (UFFS, 2018); a Universidade da Integração Latino Americana (UNILA), voltada para a cooperação solidária, o intercâmbio acadêmico e a integração regional dos países da América Latina; e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), baseada na promoção de ações afirmativas contra a discriminação étnico-racial e na integração com os países de língua portuguesa do continente africano, além de estar sediada em Redenção, uma pequena cidade no interior do Nordeste brasileiro, escolhida pelo valor simbólico de haver sido a primeira cidade do país a abolir a escravidão.

Em Cuba, a Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM) é, desde 1998, uma referência em todo o mundo, em função da cooperação internacional solidária que pratica, fornecendo formação médica humanista para os filhos de trabalhadores, camponeses, afrodescendentes, indígenas e integrantes de movimentos sociais

de toda a América Latina e Caribe (Abba; Corsetti, 2016).

Na Bolívia, o governo de Evo Morales incentivou a criação de três universidades públicas indígenas orientadas para a descolonização do ensino superior e com enfoque comunitário: a Universidade Indígena Boliviana (UNIBOL) Guaraní e Povos das Terras Baixas “Apiaguaiki Tüpa”, a UNIBOL Aymara “Tupak Katari” e a UNIBOL Quechua “Casimiro Huanca”. No México, há diversas universidades públicas com o objetivo de oferecer uma educação popular, como a Universidade Autônoma do Estado de Morelos (UAEM), ou intercultural, como a Universidade Autônoma Indígena do México (UAIM).

Esses são apenas alguns exemplos que ilustram um movimento relativamente novo e ascendente de experiências de universidades públicas progressistas com uma orientação popular e polifônica. Além disso, na contramão do elitismo e da mercantilização das universidades, houve nas últimas décadas importantes políticas de inclusão e democratização do ensino superior em muitos países da América Latina, como a política brasileira de cotas e ações afirmativas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas. A grande questão em relação às universidades públicas progressistas está, no entanto, em compreender “até que ponto uma universidade pública, burocraticamente organizada, focada no conhecimento científico e orientada para conceder diplomas pode, de fato, ser considerada popular” (Santos, 2018).

### 3.2. Programas e projetos de extensão contra-hegemônicos

Contrariamente aos programas e projetos de extensão neoliberais, que estabelecem o diálogo e a cooperação com o mercado, reduzindo a extensão a uma forma de gerar receitas para a universidade, os programas e projetos de extensão contra-hegemônicos se esforçam para criar uma extensão popular, solidária e socialmente comprometida, não com o mercado, mas com as populações excluídas.

Com menos estrutura e recursos, mas em compensação com uma autonomia e margem de subversão maiores que as universidades públicas progressistas, existem muitos programas e projetos de extensão que, mesmo existindo em universidades tradicionais e, por vezes, extremamente conservadoras, conseguem criar espaços contra-hegemônicos de diálogo, interação, aprendizagem e compromisso entre intelectuais, estudantes, organizações, movimentos e comunidades locais, como: os cursos de *Pedagogia da Terra e Licenciatura indígena*, concebidos e realizados em parceria entre universidades e movimentos sociais; o *Direito achado na rua*, que parte da subversiva ideia de que é preciso buscar o Direito na rua, nos espaços públicos, nas reivindicações das populações marginalizadas, nos movimentos sociais que lutam por dignidade e justiça e não apenas nas instituições e no Estado, como prevê o Direito positivista; o *Programa Polos de Cidadania*, que junto com as comunidades periféricas busca orientar o Direito a serviço da transformação social; o projeto *Encontro de Saberes*, que promove o diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais através do reconhecimento de mestres populares como professores nas universidades (com toda a complexidade, dificuldades, problemas e resistências que tal ousadia implica)<sup>9</sup>, o *Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas* (OBTEIA), que promove pesquisas engajadas com demandas sociais desenvolvidas em coautoria entre intelectuais acadêmicos e ativistas dos movimentos; e a *Rede Sul-Sul*, um programa intercultural e contra-hegemônico de reflexão, formação e ação integradora dos povos e saberes do Sul que estão ainda em fase embrionária. Isso apenas para ilustrar a diversidade de propostas e programas que

9 José Jorge Carvalho, o idealizador do projeto “Encontro de Saberes” defende que é preciso: “uma ampliação do universo de saberes, para que passemos de uma universidade monoepistêmica a uma universidade multiepistêmica” (Carvalho, 2010, p. 241).

estão a ser desenvolvidos nesse campo, além dos muitos projetos de economia solidária, de assessoria jurídica popular, de educação popular e de investigação-ação-participativa, levados adiante por grupos de extensão das universidades em toda a América Latina.

### 3.3. Universidades populares do Norte

As universidades populares do Norte são experiências de universidades populares que surgiram, sobretudo, na Europa, e que possuem em comum o objetivo de difundir o conhecimento acadêmico e a ciência moderna às classes populares.

No final do século XIX e início do século XX, surgem na Europa Central, sobretudo na França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica e Itália, diversas universidades populares criadas por intelectuais anarquistas, comunistas e de partidos operários, com o objetivo de disseminar conhecimentos técnicos ao povo (Gurgel, 1986). A primeira universidade popular surgiu em 1899, na cidade de Paris e, quase que simultaneamente, em 1901, foi criada no Egito a Universidade Popular de Alexandria, fundada por trabalhadores anarquistas italianos e gregos que não tinham acesso à universidade (Gorman, 2005). A ideia encontrou campo fértil na Europa e, nas primeiras décadas do século XX, foram criadas mais de 200 universidades populares que, em muitos casos, eram basicamente espaços comunitários ou de sindicatos em que intelectuais progressistas disponibilizavam o seu tempo para fornecer conhecimentos gerais aos operários.

Apesar dos vertiginosos problemas sociais amplificados pelo avanço da industrialização capitalista, no princípio do século XX, está toda a confiança epistemológica na modernidade ocidental, na razão e no conhecimento científico como fonte única e exclusiva de verdade e liberdade. Desse modo, muitas das iniciativas de universidades populares da Europa foram movidas pela aspiração de educar as populações desfavorecidas, levando a cultura marxista e o conhecimento científico às classes

populares que se encontravam completamente excluídas da educação formal<sup>10</sup>.

Muitas das universidades populares criadas ao longo do século XX existem até hoje e há até mesmo redes de universidades populares na Europa, como a Associação de Universidades Populares da França (AUPF), que reúne mais de 80 universidades populares francesas<sup>11</sup>. Além disso, não sendo uma metáfora territorial, mas sim epistemológica, podemos dizer que as universidades populares do Norte influenciaram muitas iniciativas não só na Europa, mas também na América Latina, como a Universidade Popular Gonzáles Prada, proposta por Mariátegui, em 1922, as muitas escolas sindicais espalhadas pelo continente e as experiências educativas de formação de quadros dos partidos marxistas.

### 3.4. Universidades populares do Sul

As experiências, práticas e objetivos das universidades populares do Norte e do Sul são muito distintos: enquanto as universidades populares do Norte estão marcadas pela pretensão de ilustrar as comunidades e populações carentes (SOUZA, 2005: 255) e preocupadas com a educação de adultos, com a formação profissional e com a disseminação do saber, da cultura e da ciência gerados na universidade convencional (OSORIO, 2006: 137); as universidades populares do Sul, fortemente influenciadas pela educação popular, pela interculturalidade e pelas lutas concretas das populações excluídas, surgem da necessidade dos coletivos, das comunidades e dos movimentos de se afirmarem e de produzirem seus próprios saberes e

<sup>10</sup> Para um aprofundamento sobre as origens e a história das universidades populares, ver Roberto Mauro Gurgel (1986), Agustín Osorio (2006) e Júlia Benzaquen (2012). Para uma análise das universidades populares da Europa no início do século XX, ver Leopoldo Marini Palacios (2002 [1908]) e Lucien Mercier (1986). Para um estudo atual e comparativo das universidades populares em França, Alemanha, Itália e Suécia, ver Jean Claude Richez (2018). Por fim, para uma análise das universidades populares no Brasil, ver José Romão e Adriana Loss (2013).

<sup>11</sup> Mais informações sobre a Associação de Universidades Populares da França podem ser encontradas no site da organização: <http://www.universitespopulairesdefrance.fr/>.

conhecimentos, sistematicamente ignorados e descredibilizados pela universidade convencional. Designadas por Benzaquen (2012) como “universidades dos movimentos sociais”, por Daniel Mato (2009) como “instituições interculturais de ensino superior” e por Santos (2018) como “universidades populares de segunda geração”, as iniciativas que estamos a classificar como universidades populares do Sul são, em geral, universidades recentes, concebidas e desenvolvidas nas últimas décadas pelos próprios movimentos sociais para produzir e transmitir, de forma autônoma e intercultural, seus próprios saberes, valores, cosmovisões e conhecimentos, com seus próprios métodos, pedagogias e objetivos.

Reclamando para si o status de universidade, as universidades populares do Sul vão fazer aquilo que as universidades institucionalizadas não podem, não querem ou não são capazes de fazer. Diferentemente das universidades populares do Norte, elas se constroem fora dos moldes das universidades convencionais e, ao invés de pretender estender o conhecimento produzido pela universidade às classes populares, são espaços que contribuem para desconstruir a suposta universalidade do saber acadêmico, tencionando a lógica monocultural de produção do conhecimento científico, confrontando-o com outros saberes e utilizando-o de forma contra-hegemônica.

Há uma multiplicidade de experiências de universidades populares do Sul sendo desenvolvidas em diversos países do Sul global. No Brasil, tem tido grande repercussão e crescente importância a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a formação política de seus militantes, e que recebe também ativistas de movimentos sociais do Brasil e de diversos países do mundo (Fernandes, 2007; Benzaquen, 2012). Na Argentina, tem tido sucesso a Universidade Popular das Mães da Praça de Maio (UPMPM), uma universidade de luta e de resistência idealizada e levada adiante pelas mães de jovens

assassinados durante a Ditadura militar argentina com o objetivo de produzir coletivamente conhecimentos engajados com a transformação social. No Equador, é uma referência fundamental de resistência a Universidade Intercultural das Nacionalidades e Povos Indígenas “Amawtay Wasi”, criada pelos movimentos indígenas andinos. Na Colômbia, há diversas iniciativas como a Universidade dos Povos e a Universidade Campesina de Resistência Civil, erguidas por movimentos que lutam pela paz e pela justiça em zonas de conflito e guerrilha; e a Universidade Autônoma Indígena Intercultural (UAIIN), criada pelo Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), na busca por construir um sistema educativo próprio, compatível com as necessidades e cosmovisões das comunidades locais e capaz de conjugar a sabedoria dos povos indígenas com os conhecimentos de outras culturas.<sup>12</sup> No México, o movimento zapatista tem levado adiante a Universidade da Terra (UNITIERRA), que nasceu em 1999 da constatação dos povos indígenas de Chiapas de que a escola tem sido o principal instrumento do Estado para destruir as suas comunidades, sendo, portanto, necessária a criação de um sistema educacional alternativo, profundamente enraizado nos saberes das comunidades locais e nos processos de transformação social e política da região. (Unitierra, 2018; Benzaquen, 2012). Na Argélia, a Universidade Popular de Tifariti tem a ousada singularidade de estar localizada nos campos de refugiados da fronteira com o Sahara Ocidental e de ter como missão a produção de conhecimentos para a libertação e autodeterminação do povo saharauí. Na Índia

<sup>12</sup> Vale a pena observar como os indígenas colombianos compreendem o que designam como sistema próprio de educação: “Quando falamos do próprio em educação não é como alguns creem que é ficar apenas no local, naquilo que é de manejo interno das comunidades, ou que o processo de formação é propriedade única de cada comunidade, sem permitir a socialização, o intercâmbio e o enriquecimento com outras culturas. O próprio o entendemos como a capacidade e o direito de orientar, dirigir, organizar e construir processos e propostas educativas com um posicionamento crítico e propositivo frente à educação que queremos transformar” (Conselho Regional Indígena do Cauca *apud* Tattay, 2013, p. 91).

dia, desde 1972, existe a Universidade dos Pés Descalços que, inspirada pelos princípios de Mahatma Gandhi, oferece cursos profissionais construídos junto com as comunidades locais do Rajasthan; e a Universidade Tibetana no Exílio, criada pelos monges tibetanos exilados no Norte da Índia (Carvalho; Flórez, 2014)<sup>13</sup>.

Apesar de sua enorme diversidade, todas estas experiências e iniciativas têm em comum a negação da legitimidade exclusiva do conhecimento científico; a crítica à universidade convencional, ocidental, moderna, colonial, patriarcal e mercantilizada; a aposta na construção de modelos contra-hegemônicos de educação; a promoção, valorização e produção coletiva de saberes populares; e a abertura para o diálogo, o reconhecimento e a interculturalidade. É nessa pluralidade de experiências não convencionais de universidades populares do Sul que se encontra a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), com as singularidades que veremos a seguir.

#### 4. A UPMS e a universidade convencional

A UPMS nasceu em janeiro de 2003, durante a 3ª edição do Fórum Social Mundial (FSM), a partir da identificação de uma ausência de conhecimento recíproco entre movimentos sociais, organizações não governamentais e academia e com o objetivo de promover a partilha de saberes para ampliar, articular e fortalecer as lutas sociais. É compreensível que a UPMS cause estranhamento, dado que praticamente nada nela lembra a educação convencional.

Estamos a falar de uma experiência educativa que não tem professores nem alunos; não possui sede física nem quaisquer bens em seu nome; não tem grades curriculares nem conteúdos programáticos; não oferece aulas, disciplinas ou quaisquer cursos de formação,

<sup>13</sup> Para um panorama mais exaustivo e estudos mais aprofundados sobre a diversidade de experiências populares e interculturais de ensino superior na América Latina, ver os trabalhos coordenados por Mato (2009); Loeza *et al.* (2015).

e a condição para participar de suas atividades é o ativismo social e não o mérito acadêmico. Funcionando no modelo de oficinas temáticas, que duram de dois a três dias e que consistem em reuniões presenciais de trabalho intensivo com períodos de discussão, estudo, trabalho coletivo, lazer e socialização, a UPMS tem demonstrado ser uma experiência pedagógica, epistemológica e política de aprendizagem recíproca, de produção coletiva de conhecimentos contra-hegemônicos e de articulação da diversidade de saberes e práticas que se erguem a favor da dignidade e contra a opressão e a injustiça.

Existindo fora da estrutura da universidade convencional e propondo uma nova forma de lidar com o conhecimento, é curioso que a UPMS reivindique o título de “universidade”, pois nada nela lembra a estrutura institucional, burocrática e hierárquica das universidades. A apropriação do nome é uma forma de criar uma disputa política em torno do seu significado, dos seus fins e da sua forma de interagir com a sociedade. Assim, a UPMS subverte o termo “universidade” para nele imprimir um caráter popular e contra-hegemônico. É uma universidade porque transmite e produz conhecimentos, mas não nos moldes que a ciência se propõe a transmitir e produzir. Legitima outras formas de produção do conhecimento. A reivindicação do status de universidade cria a possibilidade de afirmar que o conhecimento produzido pelas lutas sociais está no mesmo patamar que o conhecimento produzido pela universidade convencional.

Baseado nas epistemologias do Sul, o projeto contra-hegemônico de universidade da UPMS parte do princípio de que é preciso descolonizar, despatriarcalizar, desmercantilizar e democratizar, tanto a universidade, quanto o conhecimento e os currículos por ela produzidos (Merladet, Reis, Sussekind, 2020). Descolonizar significa combater a discriminação racial, o racismo institucional e a colonialidade do saber produzido pela universidade em todas as suas múltiplas formas. Para além do

“ensino, pesquisa e extensão”, a universidade precisa também aprender com a diversidade do mundo, deixando de conhecer “sobre” o Outro, para conhecer “com” o Outro. Desse modo, a UPMS tem firmado acordos e convênios com programas e projetos de extensão populares para realizar oficinas em que a extensão ocorre ao contrário, ou seja, não é a universidade que estende o seu saber aos que nada sabem, mas os grupos sociais excluídos é que estendem os seus saberes historicamente deslegitimados, ocupando com eles a universidade.

Despatriarcalizar significa combater o machismo e a desigualdade de gênero que ainda perdura nas universidades, considerando inaceitável toda e qualquer discriminação sexual e todo e qualquer conhecimento que sugira ou resulte na subalternização feminina. Concretamente, os movimentos feministas têm sido os grandes promotores das oficinas da UPMS, que são sempre compostas por um número igual ou maior de mulheres em relação a homens. Nas atividades da UPMS, a pluralidade de movimentos feministas encontra a oportunidade de dialogar, não apenas entre si, mas também com uma imensa diversidade de outras lutas sociais, enriquecendo essas outras lutas com os questionamentos feministas e também se enriquecendo com os questionamentos das demais alternativas e formas de resistência.

Desmercantilizar significa combater o direcionamento que o capital pretende dar à universidade, indo na contramão não só das políticas de privatização e mercantilização da universidade, mas também de sua orientação para a produção de conhecimento, técnicas e mão de obra especializada para o mercado. Desse modo, a UPMS nunca realiza atividades ou serviços que possam ser comercializáveis e, mesmo as organizações financiadoras da UPMS não possuem qualquer direito especial de intervenção na escolha dos participantes, temas, metodologias e resultados das oficinas. Todo o seu funcionamento se dá não apenas fora do mercado capitalista, mas também contra ele. Além disso, a UPMS jamais realiza atividades

em que é preciso pagar pela participação, pelo contrário, faz parte de suas orientações metodológicas que todos os participantes de suas oficinas tenham garantido transporte, alimentação e hospedagem durante todos os dias das atividades.

Por fim, democratizar significa não apenas popularizar o conhecimento científico, ampliando o acesso à universidade, mas, sobretudo, ampliar o cânone dos saberes e formas de produzir e transmitir conhecimentos, levando o império cognitivo da ciência a ser confrontado com a diversidade epistemológica do mundo que ele historicamente deslegitimou. Tendo como premissa a diversidade potencialmente infinita de saberes e formas de produzir conhecimento (conhecimentos vivos, pulsantes, profundos e que, no entanto, são sistematicamente ignorados pela universidade), a UPMS propõe que a aprendizagem seja recíproca e que o saber seja construído coletivamente por muitas vozes e muitas mãos, o que exige uma difícil desaprendizagem de muito do que o conhecimento acadêmico e científico nos ensinou como verdades únicas e universais. Contrariamente à universidade convencional, que retira a sua força do saber exclusivo que produz, a UPMS retira a sua força da exclusividade da configuração de saberes que proporciona, de modo que a ideia de difusão do conhecimento, tão cara às instituições de ensino superior, na UPMS é substituída pelas ideias de tradução intercultural e ecologia de saberes.

## 5. A UPMS e as universidades populares

Logo nas primeiras páginas de seu *Documento de Orientações Metodológicas*, a UPMS deixa clara sua distinção em relação às universidades populares:

A UPMS não é uma escola de formação de quadros ou dirigentes de organizações e movimentos sociais. Embora a UPMS esteja claramente orientada para a ação de transformação social, o seu objetivo não é proporcionar os tipos de

competências e de instrução habitualmente oferecidas pelas experiências já conhecidas de universidades populares (UPMS, 2012<sup>a</sup>, p. 3).

Como vimos nas páginas anteriores, há em todo o mundo, sobretudo no Sul, um vasto conjunto de iniciativas populares de educação superior, cada uma com sua própria dinâmica, história, públicos, objetivos, perspectivas e metodologias. No entanto, quase todas elas tratam de temas específicos (seja ele o anarquismo, o marxismo, o sindicalismo, a integração regional, o combate à discriminação racial, a luta pela terra, a educação para a paz ou os saberes indígenas), de modo que o que falta são iniciativas intertemáticas, capazes de articular a diversidade de saberes dos muitos povos, comunidades, organizações e movimentos que lutam pela transformação social.

A novidade da UPMS está em ser capaz de trabalhar múltiplas temáticas relevantes para as mais diversas lutas de forma horizontal e não diretiva. Diferentemente da maioria das universidades populares, não está em jogo para a UPMS a transmissão de um determinado conhecimento aos movimentos participantes (ainda que seja um conhecimento emancipatório, intercultural, engajado, socialmente comprometido e/ou localmente produzido). Ao invés disso, o que ela pretende é uma tradução intercultural, com o intuito de gerar uma ecologia de saberes entre as muitas formas de produzir conhecimento presentes em suas oficinas.

Daí que sua *Carta de Princípios* afirme que:

Sua vocação específica é intertemática e intercultural: intertemática, porque visa promover o encontro e o diálogo entre movimentos/organizações com agendas e lutas diferentes para facilitar alianças e articulações entre os atores (por exemplo, entre movimentos feministas, operários, indígenas, quilombolas, afroamericanos, religiosos, estudantis, ecológicos, camponeses, urbanos e outros); intercultural, porque visa criar o entendimento recíproco entre culturas e narrativas, entre princípios e conceitos mobilizadores e orientadores da transformação social de diferentes lutas (UPMS, 2012<sup>b</sup>, p. 21).

Além disso, o fato de a UPMS não possuir uma sede física em um território específico, acaba levando-a a ter uma vocação mais internacional que as demais universidades populares no esforço para construir uma atuação trans-escalar multiterritorializada, capaz de realizar e articular, em diversos territórios, atividades e ações em nível local, nacional, regional e global. Dessa forma, a Universidade Popular dos Movimentos Sociais se diferencia das demais experiências de universidades populares por seu caráter multiterritorializado, transescalar, intercultural e intertemático, congregando em suas atividades ao redor do mundo a maior diversidade possível de lutas, organizações, comunidades e movimentos e por ser radicalmente contra todos os tipos de monoculturas, não se propõe a ensinar conteúdos específicos previamente definidos para os participantes de suas atividades, mas sim protagonizar diálogos e aprendizagens recíprocas entre os conhecimentos populares nascidos das lutas sociais e os conhecimentos científicos que se solidarizam com essas lutas.

No entanto, longe de pretender substituir as universidades populares ou competir com elas, a UPMS visa enriquecer e fortalecer as iniciativas já existentes que têm sido propostas por diferentes movimentos e organizações, assumindo o papel de lhes dar visibilidade e promovendo o interconhecimento e a articulação de diferentes experiências populares de educação superior. Um bom exemplo disso foi o *I Fórum Social da Educação Popular*, organizado e realizado pela UPMS em conjunto com diversas organizações em janeiro de 2016 e que reuniu tanto universidades públicas progressistas e programas de extensão contra-hegemônicos, quanto universidades populares e experiências de educação popular.

## 6. Relato de experiência da UPMS

A participação em uma oficina da UPMS nos leva a repensar nossas próprias experiências,

criando uma abertura para a articulação com outros saberes, nos humaniza e nos impele a “ser mais” a partir do reconhecimento do outro, de suas cosmovisões e epistemologias, envolvendo discursos e práticas políticas inclusivas, humanizadoras e insubmissas. Fazendo justiça à ecologia de saberes, à descolonização da universidade e à proposta de produção coletiva e partilhada do conhecimento, este artigo foi produzido em coautoria com uma das participantes da UPMS. Segue abaixo o seu relato sobre a experiência:

Particpei da oficina “Defender e descolonizar a universidade: da resistência à ecologia de saberes”, realizada pela UPMS na Universidade Federal Fluminense (UFF), em ocasião da 39ª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre os dias 20 e 22 de outubro de 2019. Fui representando o GT 18 da ANPEd (Educação de Pessoas Jovens e Adultas) e como professora, pesquisadora e militante no campo da educação popular de jovens, adultos e idosos do campo e periferias.

A escrita aqui (com)partilhada brota do trabalho solidário e coletivo, do encontro de pessoas, ideias, saberes, fazeres, sonhos, memórias, identidades, insubmissões, resistências, inurgências, utopias e inéditos viáveis. Nos reconhecemos enquanto seres históricos, políticos e sociais capazes de aprender de forma coletiva e exercitar o UBUNTU (sou porque somos).

A minha participação na oficina foi um divisor de águas no meu percurso formativo, acadêmico, profissional e, especialmente, humano. Compartilhar saberes, fazeres e dizeres em 30h de trabalho coletivo reverberou na minha vida de maneira muito significativa. A convivência não só entre meus pares da academia, mas com pessoas das mais diversas lutas e detentoras de saberes múltiplos e percursos formativos singulares forjados na resistência pela sobrevivência de seus modos de vida foi extraordinária e educadora. Materializamos de fato coletivamente a ecologia de saberes

e consolidamos a importância da articulação entre a universidade e os movimentos sociais populares que dialogam com a vida e a transformação radical da humanidade, tendo como horizonte a utopia e o “esperançar”.

Como Paulo Freire, acreditamos na importância de cada pessoa como agente radical da mudança. Nosso encontro foi singular porque nele celebramos nossas (inter)conexões e nos irmanamos como “parentes”, isto é, choramos e rimos uns com os outros; compartilhamos sonhos, desejos, medos, projetos e acima de tudo nos dispomos a cuidar uns dos outros. Em um cenário de (in)certezas e (in)segurança é preciso articular e consolidar laços de proteção e afetos, nessa perspectiva foi essencial compreendermos os nossos dilemas e as nossas possibilidades, o que nos unia, nos distanciava, o que nos fortalece, o que nos limita e o que podemos fazer juntos.

Durante a oficina, os grupos formados por representantes dos GTs da ANPEd e por ativistas e lideranças dos movimentos sociais populares puderam fazer reflexões sobre o cenário político e educacional em um diálogo fraterno e humano baseado na não hierarquização dos diversos saberes presentes e na sistematização de experiências e estratégias para a mobilização de coletivos organizados na defesa e no fortalecimento da democracia, da liberdade e da educação como campo de formação humana e solidária e da luta pela garantia dos direitos que nos fazem iguais na diferença.

Vale ressaltar que as reflexões sobre a articulação entre o que é único e o que é múltiplo, entre o que é global e o que é local contribuíram para a organização e o planejamento de articulações, ações comuns e atividades coletivas para além da oficina realizada, sempre na perspectiva da ecologia de saberes e tomando como referência o respeito aos diferentes conhecimentos, fazeres, dizeres e vozes vibrantes que denunciam e anunciam. Os desdobramentos da oficina resultaram, por exemplo, na organização de cursos de extensão na universidade (minicursos e curso de aperfeiçoamento) na

perspectiva da educação popular, tomando como referência os princípios e pressupostos freirianos e, especialmente, o que conseguimos construir coletivamente através da aprendizagem recíproca proporcionada durante os dias da oficina.

Nas discussões, os grupos tinham a responsabilidade de apresentar proposições e desdobramentos que dialogassem com a proposta da oficina que foi “Defender e descolonizar a universidade: da resistência à ecologia de saberes”. A UPMS, inspirada em Freire, na educação popular e nas epistemologias do Sul, anuncia o descolonizar das mentes e dos saberes dominantes, por meio de outra concepção de educação, cujos pressupostos são de uma pedagogia crítica, dialógica, intercultural e decolonial. Educação dialógica, crítica e democrática que possibilite superar a prática educacional colonialista que impõe sobre as pessoas uma ordem que acomoda, orpime e desumaniza e não permite elaborar um pensar autêntico, insubmisso, transgressor e de bonitezas.

Um ponto importante discutido na oficina foi a necessidade de compreender o pensamento popular como conhecimento legítimo, não subalternizado e nem subalternizante. A Educação como processo contínuo de aprendizagens e vinculado à prática da liberdade, da justiça e do bem viver é fundamental e contribui para que as pessoas se tornem mais humanizadas para enfrentar a realidade injusta, desigual e perversa em que vivem. Não se trata, portanto, de qualquer forma de educação, mas de uma educação que se compromete com a liberdade, os desejos, os saberes, os sofrimentos e as lutas das pessoas que estão nela envolvidas.

Discutimos durante as vivências e experiências da oficina que um dos desafios da educação brasileira, em um contexto capitalista marcado pela exclusão, injustiça e desigualdade que coloca a maioria da população em situação de desemprego, exploração e miséria, é compreendermos qual o perfil do educador popular numa sociedade em contínua transformação e que passa por tantos retrocessos (lembrando

que em 2019 estávamos sob um governo proto-fascista que flertava com as ditaduras militares e em um contexto de crescente criminalização dos movimentos sociais).

Conhecer cosmovisões enraizadas nas histórias das culturas silenciadas e/ou negadas, impregnadas de pelejas, resistências, labutas, sonhos, utopias e bonitezas, fortaleceu a nossa própria existência e provocou reflexões sobre a necessidade de ampliar e aprofundar os debates sobre as contradições e tensões produzidas entre a universidade e a educação popular, especialmente, na extensão universitária, com os diferentes conhecimentos produzidos nos movimentos sociais populares.

Conhecer e compreender essas outras possibilidades de revelar e desvelar o aqui e o agora, nos diferentes contextos construídos coletivamente, entre tensões e processos de articulação e interconhecimento, foram descobertas necessárias e humanizadoras. Durante os dias em que estivemos juntos, nos reconhecemos como seres (in)acabados desejantes de sonhos e inéditos viáveis e isso contribuiu para a busca de um devir, de um ser mais partilhado entre todos. Educar-se é um processo que se dá em um contexto histórico, político e ideológico, um processo impregnado pela cultura de um tempo e de um lugar, mas também por sonhos de liberdade partilhados. Foi assim que se deu o compartilhamento das bonitezas que cada um tinha a oferecer durante a oficina e para além dela.

## Conclusão

Pode uma universidade ser popular? Pode uma universidade produzir conhecimentos partilhados entre intelectuais e ativistas? Pode uma universidade utilizar o conhecimento científico não como conhecimento único, mas como um dos muitos saberes que compartilham a diversidade das formas de conceber o mundo? Pode uma universidade ter como objetivo a articulação de saberes para a emancipação social e a transformação social progressista? Pode

uma universidade ter como fim último não propriamente a produção e a divulgação do conhecimento, mas a produção e a divulgação de estratégias e ações transformadoras que sejam eficazes contra as injustiças de nosso tempo? Pode uma universidade ser contra-hegemônica e ter como utopia outro mundo possível?

Neste artigo, analisamos as relações entre a educação popular, a universidade convencional, as experiências populares de ensino superior e a UPMS. Vimos que apesar do elitismo e do colonialismo e crescente mercantilização das universidades convencionais, a pluralidade de iniciativas populares no ensino superior é enorme. Nessa pluralidade se encontra a UPMS, que se distingue das demais experiências populares de educação superior por sua atuação multiterritorializada, por seu caráter trans-escalar, intercultural e intertemático, por não pretender transmitir um determinado conhecimento para os participantes de suas atividades e por, ao invés disso, protagonizar diálogos horizontais e aprendizagens recíprocas entre os conhecimentos científicos e populares.

Buscamos com este trabalho demonstrar que a experiência da UPMS pode oferecer contribuições para o desafio de se pensar uma universidade popular, por meio da busca de complementariedade entre a pedagogia do oprimido de Freire e o que temos vindo a chamar de pedagogia da articulação<sup>14</sup>.

Como vimos nas páginas anteriores, Freire propõe a pedagogia do oprimido como uma forma de, junto com a alfabetização, construir a consciência crítica e a formação política das classes populares por meio do diálogo proposto pela educação popular, uma pedagogia que “faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (Freire, 2011, p. 43). A UPMS dá um

outro passo, construindo em suas oficinas uma pedagogia da articulação que visa promover a ecologia de saberes, o interconhecimento e a inteligibilidade mútua entre as diversas lutas sociais, para tornar viáveis articulações mais duradouras e ações coletivas cada vez mais ousadas e mais eficazes entre elas.

Devemos sempre recordar que, no contexto de Freire, havia no horizonte um projeto revolucionário bem definido: o socialismo, que para ser autêntico, necessitava “inaugurar o diálogo corajoso com as massas” (Freire, 2011, p. 172). Já no contexto da UPMS, não há um projeto revolucionário inequívoco que precise ser levado adiante por meio do diálogo, mas uma multiplicidade de projetos emancipatórios que, através do diálogo e também do conflito, (ou seja, através da negociação árdua de suas divergências e convergências), necessitam se articular na luta por outro mundo possível. Além disso, enquanto o principal campo das práticas da educação popular está no trabalho de base, o campo de práticas da UPMS está na relação entre as lutas e os diferentes saberes que as compõem. Desse modo, as oficinas da UPMS não servem propriamente para formar as bases dos movimentos, mas para viabilizar a inteligibilidade e a articulação entre eles.

Em Educação e mudança, por exemplo, Freire (1979) enfatiza a importância da conscientização no processo educativo para tornar os educandos protagonistas de seus destinos. Ora, diferentemente do contexto de Freire, falar de conscientização na UPMS é algo redundante e anacrônico, pois é em absoluto evidente a consciência crítica que os ativistas dos movimentos têm de si enquanto sujeitos da transformação social. Nas oficinas realizadas pela UPMS, a conscientização proposta por Freire não é algo que se busca criar nos movimentos, mas um fato dado. A ausência, todavia, é de conscientização da importância e legitimidade de outras lutas além da sua própria, o que leva a UPMS a priorizar, tal como demonstra o relato da experiência, uma pedagogia da articulação

14 Utilizamos o termo “pedagogia da articulação” (Merladet, 2020) para designar a forma específica que assumem as práticas educativas que têm como objetivo criar pontes de diálogo, aprendizagem recíproca e solidariedade entre as formas de resistência ao sofrimento, à injustiça e à opressão causados pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

baseada na relação entre saberes diversos ao invés da conscientização dos oprimidos.

Assim, uma comunidade de pescadores encontra na pedagogia do oprimido um meio eficaz de alfabetizar e formar politicamente integrantes e lideranças para a defesa de suas lutas e uma forma eficaz de provocar neles a indignação e a rebeldia necessárias para combater os responsáveis pelas injustiças que nela ocorrem. Já a pedagogia da articulação proposta pela UPMS é um meio eficaz não tanto para a formação educacional e política dos pescadores ou para suscitar neles o desejo de combater as injustiças que sofrem (embora isso também ocorra em suas oficinas), mas para a articulação e construção de ações conjuntas entre seus ativistas e os ativistas de outras comunidades e outras lutas sociais.

Daí que possamos conceber a UPMS como uma espécie de educação popular de nível superior, ou seja, uma educação popular focada na ecologia de saberes, na tradução intercultural, na aprendizagem recíproca e na articulação horizontal entre os que já possuem uma consciência crítica do mundo, permitindo a discussão de questões complexas, estratégias de luta e de resistência, formas de ação concreta e possibilidades de alianças. Se a educação popular é a escola dos movimentos sociais, ou seja, o espaço no qual os movimentos constroem a formação educativa e política de seus ativistas, a UPMS é a sua universidade, ou seja, o local em que os ativistas dos movimentos com longa formação política e experiência de luta encontram a possibilidade de construir novos saberes e práticas em articulação com ativistas de outros movimentos e intelectuais críticos comprometidos com as lutas sociais. Desse modo, se complementam o diálogo, a aprendizagem e a articulação, convergindo para o fortalecimento das resistências e das alternativas às múltiplas formas de opressão e dominação causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

O que podemos concluir dessa complementariedade entre a educação popular e a UPMS é

que nos novos contextos do século XXI, a UPMS reinventa a proposta de Freire, atualizando-a diante dos desafios do presente e, com isso, permanece fiel a Freire, num sentido mais amplo, pois imagina o que ele pensaria hoje, tendo em conta as novas configurações políticas e sociais de nosso tempo. Na contracapa de seu livro *El Grito Manso*, Freire (2003), em tom profético, afirma: “Não tenho nenhuma dúvida que mais cedo do que muitos pensam, os homens e as mulheres do mundo vão reinventar maneiras novas de lutar que nós nem podemos imaginar agora”. A UPMS busca realizar essa profecia.

## Agradecimentos e apoios

O presente trabalho foi realizado com o apoio e o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Processo SEI 260003/014861/2023.

## REFERÊNCIAS

- ABBA, Maria Julieta; CORSETTI, Berenice. Contribuições para uma internacionalização da educação superior desde e para América Latina: A experiência da UNILA e da ELAM. **Educação por Escrito**, 7, 2, 181-200, 2016.
- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA-FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos**. Brasília: Editora UnB, 2007.
- BENZAQUEN, Júlia Figueiredo. **Universidades dos Movimentos Sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais**. (Tese de doutoramento). Coimbra: UC, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular?** Brasília: Editora Brasiliense, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BURAWOY, Michel. The extended case method. **Sociological Theory**, 16, 4-33, 1998.

- CARRILLO, Alfonso Torres. **Educación Popular y paradigmas emancipadores, pedagogia y saberes**, 30, 19-32, 2009.
- CARVALHO, José Jorge de; FLÓREZ, Juliana. Encuentro de saberes: Proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocéntrico. **Nómas**, 41, 131-147, 2014.
- CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar, 2011.
- CARVALHO, José Jorge de. Los estudios culturales en América Latina: interculturalidad, acciones afirmativas y encuentro de saberes. **Tabula Rasa**, 12, 229-251, 2010.
- FALS BORDA, Orlando. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: MONCAYO, Victor Manuel (org.). **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.
- FALS BORDA, Orlando. **Ciencia Popular, Causa Popular – una metodología del conocimiento científico a través de la acción**. Bogotá: Fundación Rosca, 1972.
- FALS BORDA, Orlando. **Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual**. México: Nuestro Tiempo, 1970.
- FERNANDES, Heloisa. **Em busca da universidade pública e popular: a Escola Nacional Florestan Fernandes**. 2007. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/08/Universidade-Publica-e-Popular-a-ENFF-Heloisa-Fernandes1.pdf>. Acesso em: 7 mai 2024
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1968].
- FREIRE, Paulo. **El grito manso**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**, v. 18, n. 1, 10-32, 2012.
- GORMAN, Anthony. Anarchists in Education: The Free Popular University in Egypt. **Middle Eastern Studies**, v. 41, n. 3, 303-320, 2005.
- GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.
- JARA, Oscar. Educación popular y cambio social en América Latina, **Community Development Journal**, 1-11, 2010.
- LOEZA, Sergio Enrique Hernández et al. (org.). **Educación Intercultural a Nivel Superior: Reflexiones Desde Diversas Realidades Latioamericanas**. Mexico: UIEP, 2013.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007 [1928].
- MATO, Daniel (coord.). **Instituciones Interculturales de Educación Superior en América Latina: Procesos de construcción, logros, innovaciones y desafíos**. Caracas: IESALC-UNESCO, 2009.
- MERCIER, Lucien. **Les universités populaires 1899-1914**. Paris: Éditions Ouvrières, 1986.
- MERLADET, Fábio; REIS, Graça; SUSSEKIND, Maria Luiza. Ecologia de saberes para adiar o fim da escola. **Práxis Educativa**, 15, 1-16, 2020.
- MERLADET, Fábio. **Pedagogia da Articulação: A Universidade Popular dos Movimentos Sociais e a ecologia de saberes na prática**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, 2020.
- OSORIO, Agustín Requejo. As universidades populares: Contexto e desenvolvimento de programas de formação de pessoas adultas. **Revista Lusófona de Educação**, 08, 133-153, 2006.
- PALACIOS, Leopoldo Morini. **Las universidades populares**. 2002 [1908]. Disponível em: <http://www.filosofia.org/aut/lpm/index.htm>. Acesso em: 30 agos 2018.
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- RICHEZ, Jean Claude. Les universités populaires en France. Un état des lieux à la lumière de trois expériences européennes: Allemagne, Italie et Suède. **INJEP Notes & rapports/Rapport d'étude**, 2018. Disponível em: <http://www.injep.fr/sites/default/files/documents/rapport-2018-01-univpop.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.
- ROMÃO, José; LOSS, Adriana. A universidade popular no Brasil. In: SANTOS, Eduardo; MAFRA, Jason; ROMÃO, José (orgs.). **Universidade popular: Teorias, práticas e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2013.
- RUBIÃO, André. **História da Universidade: Genealogia para um modelo participativo**. Coimbra: Almedina, 2013.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo (orgs.). **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **The end of the cognitive empire: the coming of age of epistemologies of the South**. Durham: Duke University Press, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 3-46, 2007.
- SOUZA, João Francisco de. Educação popular e movimentos sociais no Brasil. In: CANÁRIO, Rui (org.). **Educação popular e movimentos sociais**. Lisboa: Educa, 2007.
- SOUZA, Olga Suely Soares. A extensão universitária e as universidades populares”. **Revista da Faced**, n. 9, 253-264, 2005.
- TATTAY, Graciela Bolaños de. La Universidad Autónoma Indígena Intercultural (UAIIN): un proceso que consolida, construye y revitaliza las culturas desde la acción organizativa. **Revista Inclusión social y equidad en la Educación Superior**, 12, 87-100, 2013.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.
- TUNNERMANN, Carlos. La reforma universitaria de Córdoba”. **Educación Superior y Sociedad**, v. 9, n. 1, 103-127, 1998.
- UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul). **Apresentação**. 2018. Disponível em: [https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/apresentacao](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao). Acesso em: 11 abr 2024.
- UNITIERRA (Universidad de la Tierra). **Nuestra historia**. 2018. Disponível em: <http://unitierraoax.org/quienes-somos/nuestra-historia>. Acesso em: 09 agos 2018.
- UPMS (Universidade Popular dos Movimentos Sociais). **Orientações metodológicas das oficinas da Universidade Popular dos Movimentos Sociais**. 2012a. Disponível em: [http://www.universidadepopular.org/site/media/Methodologia/Orientacoes\\_metodologicas\\_UPMS\\_-\\_PT\\_-\\_30-04-15.pdf](http://www.universidadepopular.org/site/media/Methodologia/Orientacoes_metodologicas_UPMS_-_PT_-_30-04-15.pdf). Acesso em: 19 fev 2024.
- UPMS (Universidade Popular dos Movimentos Sociais). **Carta de Princípios da Universidade Popular dos Movimentos Sociais**. 2012b. Disponível em: [http://www.universidadepopular.org/site/media/Carta\\_de\\_Principios/Carta\\_de\\_Principios\\_UPMS\\_alteracoes\\_de\\_Lima\\_-\\_PT.pdf](http://www.universidadepopular.org/site/media/Carta_de_Principios/Carta_de_Principios_UPMS_alteracoes_de_Lima_-_PT.pdf). Acesso em: 15 fev 2024.

*Recebido em: 12/07/2024*  
*Aprovado em: 29/08/2024*



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.